



OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NO ENSINO SUPERIOR

Andréa Muniz de Carvalho Fontolan¹

Luciana Vieira Parra²

RESUMO

A inclusão das pessoas com deficiência tem sido uma proposta norteadora na Educação Superior. O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre a Inclusão no Ensino Superior, tendo como embasamento teórico a literatura vigente e o pensamento sistêmico. Nesse sentido, nota-se uma certa dificuldade em encontrar estratégias de inclusão no setor educacional quando se trata da deficiência intelectual, assim como, um despreparo das instituições em relação à prática pedagógica, a capacitação do professor para trabalhar com o processo ensino aprendido e a falta de psicopedagogos e profissionais especializados no comando das ações de inclusão que contribuem para esse cenário. Como as iniciativas para a inclusão de alunos com deficiência nos cursos de nível superior ainda são muito recentes, é natural que encontremos obstáculos de todo tipo. Porém, grande parte da literatura sobre o tema destaca as barreiras atitudinais e pedagógicas encontradas na interação com os docentes, apontando-as como um obstáculo mais importante para a inclusão dos alunos com deficiência do que as barreiras físicas.

Palavras-chave: Universidades; Educação Inclusiva; Desafios; Interação professor-aluno.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities has been a guiding proposal in the University and College. The objective of this article is to analyse the inclusion both at the University and the College level, having the literature and the systemic thinking as a theoretical basis. In this sense, one can observe a certain difficulty in finding inclusion strategies in the educational sector when it comes to intellectual disability, like unprepared institutions in the pedagogical practice, the teacher's ability to work with learning process and the lack of specialized psychopedagogues and professionals in relation to the inclusion actions that contribute to such scenario. As the initiatives for the inclusion of students with disabilities in University and College education courses are still very recent, it is natural that one encounters obstacles of all kinds. However, much of the literature about this subject highlights the attitudinal and pedagogical barriers found in the interaction with the teachers, pointing them as a paramount obstacle to the inclusion of students with disabilities instead of the physical barriers.

Keywords: Universities; Inclusive education; Challenges; Teacher-student interaction.

¹ Mestre em Engenharia da Produção com ênfase em Mídia e Conhecimento (FAE/UFSC). E-mail amcfontolan3@gmail.com. Atua como professora de graduação no curso de Pedagogia no Centro Universitário Campos de Andrade-Uniandrade.

² Doutora em Educação pela Universidade de Barcelona/Espanha. E-mail: lucianaparra4@hotmail.com. Atua como professora pesquisadora no curso de Pedagogia do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões a respeito da acessibilidade de alunos com deficiência no ensino superior. A reflexão proposta objetiva contribuir para o fortalecimento do processo permanente de inclusão destes alunos nas instituições de ensino superior. Para tanto, apresentamos os conceitos de inclusão tendo como base o respeito as diferenças individuais na perspectiva da visão sistêmica, apontando como possibilidade, algumas ações que possam ser assumidas pela instituição e corroborar com a inclusão e permanência dos estudantes com necessidades educativas especiais.

A Lei Brasileira de Inclusão sancionada pela Presidência da República é uma preocupação com o tema (BRASIL, 2015). É fato identificar nela maior relação com as questões de acessibilidade, quando o debate é inclusão. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 10% da população possuem algum tipo de deficiência, sendo que desse percentual 50% tem deficiência intelectual (HONORA & FRIZANCO, 2008).

O teor do inciso I do art. 5º da Carta Constitucional do Brasil de 1988 (BRASIL, 2008) aplica o princípio da igualdade, a partir do qual: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. No contexto da Constituição Federal de 1988, focalizando sua opção democrática à luz dos direitos humanos e do princípio da dignidade da pessoa humana.

Deste modo, o princípio constitucional da igualdade o direito emerge como “regra de equilíbrio dos direitos das pessoas portadoras de deficiência”. Conforme Luiz Alberto David Araújo (2003, p.46); “Toda e qualquer interpretação constitucional que se faça, deve passar, obrigatoriamente, pelo princípio da igualdade. Só é possível entendermos o tema de proteção excepcional das pessoas portadoras de deficiência se entendermos corretamente o princípio da igualdade”.

Contudo, se tratando de direitos de igualdade no que tange a educação de qualidade para as pessoas com algum tipo de deficiência, a situação se esbarra na falta de infraestrutura adequada, materiais pedagógicos adaptados,

profissionais especializados e formação de professores para o atendimento de qualidade.

2. A INCLUSÃO E O ENSINO SUPERIOR: UM DESAFIO

As discussões sobre um modelo de educação inclusiva vêm ocupando lugar de destaque no cenário mundial. O desenvolvimento das práticas produz questões concretas nas instituições e exige respostas que não se encontram em manuais, livros ou diretrizes. A chegada dos alunos com necessidades educacionais especiais - NEE - e, entre eles, os alunos com deficiência intelectual no ensino superior, tem criado situações constrangedoras em sala de aula, que sequer chegaram às pautas das discussões institucionais. Os vestibulares não seletivos visam ao preenchimento das vagas oferecidas e abrem as portas das Instituições de Ensino Superior - IES - que, ainda sem preparo, recebem alunos com os mais variados percursos escolares. Pensando nesta falta de preparo, a universidade passará a avaliar e lidar com o aluno no regime de inclusão, mas como praticar a inclusão na graduação diante das limitações que o aluno terá? E quais os procedimentos que seriam viáveis na prática acadêmica? E nos casos dos alunos que envolvem a defasagem no processo cognitivo, como os professores trabalhariam os conteúdos acadêmicos?

Alguns passos já foram dados, no que se trata da legislação nacional para se valer dos mesmos direitos, sendo necessária ainda a prática efetiva para que os alunos ocupem os seus espaços nas universidades. A integração das pessoas com deficiência no ensino superior tem sido uma proposta norteadora na Educação, direcionando então programas e políticas educacionais (CARNEIRO, 1997).

As instituições de ensino superior estão revendo suas práticas seculares para atender aos estudantes com NEE. No cenário brasileiro, encontram-se em andamento um conjunto de ações voltadas para a implantação de Núcleos de Acessibilidade, formação continuada sobre inclusão para docentes e comunidade acadêmica, reestruturação dos espaços físicos, flexibilização curricular e propostas curriculares inclusivas. Todas essas ações

objetivam atender as pessoas com deficiências, garantindo sua permanência e aprendizagem, assegurando o direito constitucional à educação.

Porém, poucos discursos sobre a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no ensino superior têm ocorrido e uma falta de debates, estudos e criação de estratégias voltadas a esse assunto extremamente importante e que merece mais atenção das políticas educacionais e da sociedade. A pessoa que possui uma deficiência intelectual ou cognitiva sempre foi vista de forma taxativa e sem condições de frequentar um curso superior, sendo que exige um nível de complexidade intelectual para o aluno acompanhar, tendo que fazer adaptações no currículo acadêmico. Existe ainda a preocupação e responsabilidade por parte das Universidades em prepararem esses alunos para o mercado de trabalho. E desta forma quais os recursos que deveriam ser utilizados?

Muitas vezes por falta de organização, planejamento, capacitação e de estratégias, ou pensando em formar profissionais para o mercado de trabalho, muitas universidades desistem desses alunos, ao tratarem os casos apenas como uma inclusão social, acolhendo-os sem saber o que fazer e sem novas estratégias para oferecer de forma individualizada a aprendizagem de cada aluno diante das necessidades que lhe cabem, e conseqüentemente o aluno não evolui em seu potencial de aprendizagem, não acompanha o processo e acaba desistindo do seu objetivo.

A evasão é um dos problemas que afligem as instituições de ensino superior (IES) em geral (SILVA FILHO et al., 2007). De acordo com o Ilda (2012) entre os anos 2004 e 2010 vem crescendo no Brasil o número de instituições do ensino superior, representando 18% de crescimento, o que vem destacar ansiedade em novas descobertas sobre os motivos de evasão.

As medidas combatentes da evasão no ensino superior as IES possuem um papel importante através de políticas institucionais a fim de auxiliar os alunos a concluírem seus estudos (MELLO; SANTOS, 2012). Segundo MEC (1996) referente às políticas institucionais, salienta a importância do controle de ações para conter a evasão.

Lobo (2012) corrobora com Silva Filho et al. (2007) indicando a evasão como um dos maiores problemas, inclusive o ensino superior brasileiro, sendo ele público ou privado. Contudo, o abandono do aluno sem a conclusão de

seus estudos acarreta em perda social, recursos e tempo de todos os envolvidos no processo de ensino de um País.

Em geral, o professor acredita que para desenvolver um trabalho eficaz com os alunos com deficiência, há necessidade de total domínio de todos os aspectos ligados ao quadro clínico. Como a necessidade educativa especial pode ter origem e etiologia variada, seria difícil para o professor ter total domínio a esse respeito.

Como resultado, o professor sente-se incapacitado para lidar com o aluno e essa postura acaba afetando a crença de autoeficácia (BZUNECK, 2003). Como consequência, o trabalho pedagógico pode vir a ser prejudicado.

Sendo assim, os debates acerca da inclusão criam dúvidas à forma de operacionalizar e a abrangência no ensino superior, apesar do entendimento de que a “inclusão é um privilégio de convivência com as diferenças” (MANTOAN, 2003). Essas suspeitas, especialmente, do paradigma formativo dos professores que não possibilitou o desenvolvimento de competências técnicas e atitudinais para atuarem com esse grupo de estudantes. É possível observar nos debates entre docentes dúvidas relativas ao aspecto legal do exercício profissional do aluno incluído, ou seja, da sua diplomação, especialmente nos casos onde o estudante possui deficiência intelectual.

Mantoan propõe que o aluno com deficiência intelectual deve ser inserido no ambiente da escola, de modo que suas “habilidades intelectuais alternativas” (MANTOAN, 2003) sejam desenvolvidas, bem como suas competências reais, assim, o papel do professor é o de prover intervenções pedagógicas capazes de dar conta do desenvolvimento dessas habilidades alternativas. Ainda para Mantoan, as escolas inclusivas são aquelas que propiciam um ambiente no qual as diferenças são respeitadas e reconhecidas. Além disso, não criam categorias para engessar seus alunos nos grupos de acordo com o seu aproveitamento acadêmico, ou pelos resultados das avaliações.

As instituições escolares inclusivas são aquelas que desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e utiliza estratégias de trabalho pedagógico adequadas às habilidades e às necessidades de todos os

alunos, a partir dos pressupostos da “Pedagogia da Diferença”³. (Mantoan, 2015).

A formação acadêmica do professor é outro aspecto que merece ser destacado. Neste contexto, diversos trabalhos são encontrados na literatura e a maioria deles remete à necessidade de formação adequada, com a finalidade de conseguir promover a inclusão e transformar o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

As políticas de inclusão querem alunos no ensino superior, mas faltam informações e capacitações pertinentes aos gestores, coordenadores, pedagogos e professores universitários, com o objetivo de prepará-los e receberem os alunos de inclusão, tendo uma metodologia flexível e novos recursos pedagógicos e didáticos para a demanda dos alunos.

Conseqüentemente, tais recursos deverão ser escolhidos de acordo com a demanda dos alunos decorrente de cada caso em particular. Entretanto, para que esse atendimento seja realizado é necessário à presença de um psicólogo especializado, pedagogo ou psicopedagogo que fazendo junto aos professores, um estudo de cada caso, consiga criar estratégias didáticas para garantir acessibilidade ao ensino em condições de igualdade com os demais colegas de sala como a lei prevê.

Puigdemívol (1993) aponta que alunos com necessidades educacionais especiais na medida em que as disposições da educação e os meios de que dispõe habitualmente a escola se manifestam de forma insuficientes para garantir o seu progresso, em definitiva, impossibilita o seu crescimento pessoal.

As instituições educacionais e a própria sociedade devem estar conscientes de que o processo de construção pessoal dos alunos, bem como o acadêmico, depende das características individuais (de sua diversidade) e, sobretudo, dos apoios e das ajudas que lhes são atribuídas. Supondo que a mesma diversidade deve fazer parte desse contexto de ajuda enriquecedora e geradora, tentando resolver na prática, dilemas como uniformidade/diversidade e homogeneidade/heterogeneidade. Pois, aprender é antes de tudo, estar incluído. Parra (2010, p.38).

³ Pedagogia da diferença, em oposição à pedagogia da homogeneidade é aquela em que todos têm de aprender as mesmas coisas, no mesmo tempo e tenham resultados de aprendizagem que correspondam ao que o outro quer, e não àquilo que elas próprias definiram como seu interesse e necessidade.

Cabe salientar, segundo Werneck (1997) que de acordo com a ONU, alguns pressupostos que interferem na inclusão são a ignorância, a negligência e o medo, onde são mantidos pela desinformação, despreparo a respeito das deficiências e inclusão. Não é o fato de estar dentro da sala de aula e acolhido pelos discentes e docentes que fará com que esse aluno esteja incluído. E ainda diante de quais alunos poderiam estar mais preparados para serem incluídos pedagogicamente, ou mesmo aqueles que seriam melhores a essa inclusão. Os professores julgam-se sem nenhuma preparação frente a tal realidade. Reclamam e sentem-se sozinhos, dizem não ter formação para tais situações que foram impostas, sem ter a quem recorrer.

O primeiro passo para se chegar frente à inclusão é a capacitação do professor na área. Buscando estratégias para saber lidar com os alunos com deficiência, em conjunto com um profissional especializado, ser capacitado e adaptar seu conteúdo disciplinar, seu processo avaliativo e sua didática, que subsidiará esse aluno com dificuldades no processo ensino aprendizagem.

Segundo Pires (2006), “é o reconhecimento das desigualdades que nos constroem enquanto humanos e sociais, através da valorização das diferenças que dão sentido à complexidade dinâmica do ser humano”. Portanto, deve-se ter um olhar mais sensível, criatividade, conhecimento do assunto e ousadia que são habilidades indispensáveis aos docentes frente aos desafios da inclusão, que faz parte da realidade educacional.

O pensamento sistêmico vê o indivíduo com necessidade especial, visando o crescimento gradativo, respeitando-o em suas dificuldades. A busca de uma compreensão aprofundada desses casos, bem como a necessidade de experimentar novas metodologias diante de tal desafio, pede novas abordagens teóricas para além da tradicional.

Considerando que os indivíduos são capazes de compreender, participar e aprender com a visão sistêmica, através de suas dificuldades de aprendizagem, tendo vista um olhar de otimismo e diferenciado no acompanhamento de suas dificuldades e superação de obstáculos.

Deste modo, na perspectiva da visão sistêmica que contempla o atendimento do aluno que apresenta algum tipo de deficiência, precisamos pensar que este aluno necessita do suporte de uma equipe multidisciplinar que

atenda às suas necessidades educativas considerando o indivíduo como um todo.

Neste contexto, tanto a pedagogia como a psicologia na visão sistêmica vem sendo desenvolvida em vários países do mundo, como uma forma de estudo e integração do indivíduo considerando a sua totalidade e inserção em diferentes esferas da sociedade. Trata-se de uma prática dinâmica que deve estar vinculada ao contexto educativo, e ser aplicada em diversas situações que surjam no contexto escolar direta ou indiretamente, como situações de dificuldades de aprendizagem, conflitos, dentre outros.

Aqui fazemos a reflexão no que tange o atendimento de qualidade aos alunos de ensino superior que apresentam algum tipo de deficiência, e assim como em outros níveis de ensino necessita para o seu desenvolvimento pleno, um setor com profissionais qualificados que possam lhes auxiliar no seu desenvolvimento acadêmico e social. E aqui também fazemos referência ao apoio docente, visto que esse profissional chega com fragilidades de formação e de um atendimento adequado ao estudante. Um setor com profissionais especializados e com expertises de acordo com a especificidade da deficiência que possam auxiliar os professores na adaptação de componentes curriculares e alcançar situações de êxitos no processo ensino aprendizagem.

De acordo com MINETTO (2008, p. 44), falar de inclusão é falar de um propósito muito abrangente, uma longa jornada que propiciará também aos professores o direito de construir e ampliar suas habilidades enquanto sujeito e profissional. Inclusão implica, por um lado, o direito do professor em receber apoio e oportunidades para o seu desenvolvimento profissional e, por outro, o direito dos pais de esperar que seus filhos recebam educação adequada.

Minetto chama atenção para a compreensão do diferente e de suas particularidades e que no processo de inclusão também precisamos pensar no professor como um sujeito que necessita de apoio, numa prática docente voltada ao diálogo e a inclusão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, falar em inclusão exige quebra de paradigmas educacionais e sociais, conforme Capra (1994). No contexto do ensino superior

e de uma sociedade inclusiva, baseia-se na aceitação da diversidade em todos os sentidos e que a convivência traz benefícios para todos, contribuindo para o conceito de justiça, direito e igualdade, observamos ainda que precisamos muito desta nova filosofia institucional. Neste sentido, o professor é peça chave no processo de inclusão e, além disso, há necessidade das IES buscarem profissionais capacitados e bem preparados para trabalhar com as demandas e necessidades dos alunos de inclusão e suporte ao trabalho pedagógico do corpo docente. Por fim, ao passo que os professores ao vislumbrar a excelência acadêmica, priorizem na visão sistêmica os aspectos emocionais e sociais nos estudantes com necessidades educativas especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, H.P.; ANDRADE, E.P.; PEREIRA, M.R. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 4, n. 40, p. 116-129, 2009.

ALBUQUERQUE, E.R. Decifra-me ou te devoro: **Os alunos com necessidade educacionais especiais nas representações sociais de seus professores.** In: ALMEIDA, M.A., MENDES, E. G.; HAYSHI, M. C. P. I. (Org.). Temas em educação especial: múltiplos olhares. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008. p. 202-212.

ARAUJO, Luiz Alberto David. **Pessoa portadora de deficiência: proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** 3. ed., rev., ampl. e atual. Brasília: CORDE, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

Bzuneck JA, Guimarães SR. **Crenças de eficácia de professores: validação da escala de Woolfolk e Hoy.** Rev Psico-USF, 2003, v.8,n.2,p.3.

CARNEIRO, R. **Sobre a integração de alunos portadores de deficiência no ensino regular.** Revista Integração, Brasília, Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

CAPRA, Fritjof. **A teia da Vida. Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos.** Editora Cultrix São Paulo. 1994

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior: avanços e riscos.** EccoS. São Paulo, v. 10, n. especial, p. 67-93, 2008

HONORA M. & FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.

IIDA, A. M. F. (Org.). **Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2011: Ano base 2010**. Brasília: ABMES Editora, 2012.

LOBO, M. B. de C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. ABMES Cadernos. Brasília, set./dez. 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

MELLO, S. P. T. de; SANTOS, E. G. dos. **Diagnóstico e alternativas de contenção da evasão no curso de administração em uma universidade pública no sul do Brasil**. Revista GUAL. Florianópolis, v. 5, n. 3, p.67-80, dez. 2012.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. rev. atual. ampl. Curitiba. Ibpex. 2008.

OLIVEIRA, F. B. de. **Desafios da educação: contribuições estratégicas para o ensino superior**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

PARRA, L. **Voluntariado en la escuela: un estudio de casos dentro del proyecto comunidades de aprendizaje**. Tese (Doutorado em Pedagogia) – Universidade de Barcelona. Barcelona, p.38.

PETRI, Renata. KUPFER, Maria Cristina M. **Por que ensinar a quem não aprende?** Dossiê. Dezembro de 2000. Páginas 109 a 117. Artigo

PIRES, J. **Por uma ética de inclusão**. In: MARTINS, L. de A.R. et al. (Orgs). **Inclusão: Compartilhando Saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

Puigdellívol, I. (1993). **Programación de aula y adecuación curricular: el tratamiento de la diversidad**. Barcelona: Graó.

TIGRINHO, L. M. V. **Evasão Escolar nas Instituições de Ensino Superior**. Revista Gestão Universitária. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=649:evasao-escolar-nasinstituicoes-de-ensino-superior&catid=135:173&Itemid=21>

UNESCO, Ministry of Education and Science. **Final Report on the World Conference on Special Needs Education: access and quality.** Salamanca: Spain, 1994. p. 7-10.

VALLE, M. H. F.; GUEDES, T. R. **Habilidades e competências do professor frente à inclusão.** In: NUNES SOBRINHO, F.P. (Org.). *Inclusão educacional-pesquisa e interfaces.* Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** Tradução de CAMARGO, J. L. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA 1997.

WARNOK REPORT.: **Special educational needs. Londres. HMSO.** (Encontrareis um amplo comentário del informe hecho por la propia diretora de la comision que lo redactó em Warnock, M. Encuentro sobre necesidades de educacion especial. Revista de Educacion. Numero extraordinário, 1987; 45-73.